



### O Ativismo Judicial no Supremo Tribunal Federal e seus impactos na Separação de Poderes

#### Autor(res)

Eduardo Augusto Gonçalves Dahas  
Pablo Ferreira Armanelli

#### Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

#### Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE ANTÔNIO CARLOS | BELO HORIZONTE

#### Introdução

O Supremo Tribunal Federal exerce papel central no ordenamento jurídico brasileiro, sendo o guardião da Constituição Federal. Sua função consiste em interpretar as normas constitucionais e assegurar a manutenção dos princípios fundamentais do Estado Democrático de Direito.

Nos últimos anos, contudo, tem-se observado o crescimento do chamado ativismo judicial, fenômeno no qual o Judiciário adota uma postura mais ativa, muitas vezes intervindo em temas que tradicionalmente seriam de competência dos demais poderes. Essa atuação tem gerado intensos debates no meio jurídico e acadêmico.

Enquanto alguns autores defendem que o ativismo judicial é necessário para garantir direitos fundamentais diante da omissão legislativa, outros apontam que essa prática pode comprometer a separação de poderes e a legitimidade democrática.

#### Objetivo

O presente trabalho tem como objetivo analisar o ativismo judicial no Supremo Tribunal Federal, investigando suas causas, fundamentos e impactos na separação de poderes. Busca-se compreender se essa atuação fortalece ou compromete o sistema democrático brasileiro.

#### Material e Métodos

A pesquisa foi desenvolvida por meio do método dedutivo, utilizando-se de revisão bibliográfica como principal técnica de investigação. Foram analisadas obras doutrinárias, artigos científicos e estudos relevantes sobre o ativismo judicial e o papel do STF.

A abordagem qualitativa permitiu examinar diferentes posicionamentos teóricos, possibilitando uma análise crítica sobre os efeitos do ativismo judicial no contexto jurídico brasileiro.

#### Resultados e Discussão

O ativismo judicial no STF manifesta-se principalmente em decisões que ampliam a interpretação da Constituição

# VII CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA JURÍDICA

## Emergência Climática e Estado de Direito: Quem Responde Pelo Futuro?



para suprir lacunas deixadas pelo Poder Legislativo. Em determinadas situações, essa atuação é vista como essencial para garantir direitos fundamentais.

De acordo com parte da doutrina, o ativismo judicial pode ser considerado legítimo quando há omissão dos demais poderes, especialmente em temas relevantes para a sociedade. No entanto, críticos argumentam que essa prática pode configurar uma forma de interferência indevida do Judiciário no processo democrático.

Outro ponto relevante refere-se à insegurança jurídica, uma vez que decisões baseadas em interpretações ampliadas podem variar conforme a composição do tribunal. Ainda assim, há entendimento de que o ativismo judicial contribui para a evolução do direito e para a concretização de garantias constitucionais.

### Conclusão

O ativismo judicial no STF apresenta efeitos positivos e negativos. Embora contribua para a efetivação de direitos e supere omissões legislativas, pode comprometer a separação de poderes e a legitimidade democrática. Assim, é essencial que sua atuação ocorra com equilíbrio, respeitando os limites institucionais e garantindo a harmonia entre os poderes.

### Referências

BARROSO, Luís Roberto. Constituição, Democracia e Supremacia Judicial. Rio de Janeiro: Forense, 2012.

STRECK, Lenio Luiz. Jurisdição Constitucional e Decisão Jurídica. São Paulo: Saraiva, 2014.

MENDES, Gilmar Ferreira. Curso de Direito Constitucional. São Paulo: Saraiva, 2015.

CANOTILHO, J. J. Gomes. Direito Constitucional e Teoria da Constituição. Coimbra: Almedina, 2003.